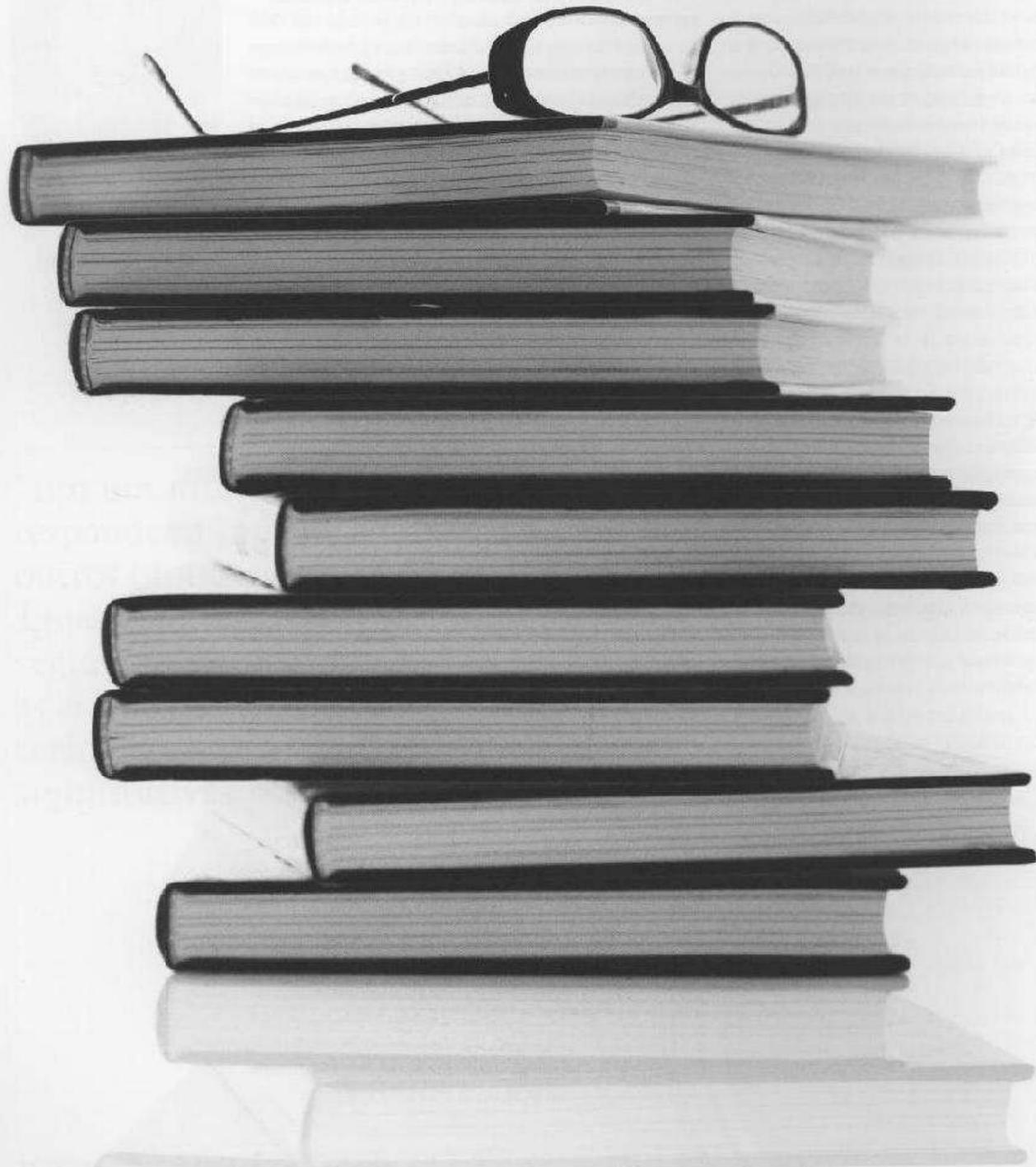


A educação por um país mais competitivo



A inserção do Brasil no grupo de países que vai liderar a dinâmica econômica global das próximas décadas depende agora, mais do que nunca, de uma política educacional voltada para a competitividade e baseada em uma lógica bem diferente da que prevaleceu na maior parte do século passado. **Por Armando Castelar Pinheiro**

A pouca preocupação com a educação foi um marco da nossa estratégia de desenvolvimento no século 20. Mesmo quando outros países, alguns até mais pobres, já tinham atentado para a importância da educação para promover uma boa distribuição da renda e garantir o pleno exercício da cidadania, o Brasil manteve a acumulação de capital humano como um objetivo pouco prioritário em relação aos investimentos em infraestrutura e na indústria.

Isso não significa que o País não tivesse boas escolas, inclusive algumas universidades de ponta, ou que, no auge do processo de industrialização por substituição de importações, não tivessem sido gastos volumosos recursos na instalação e expansão de universidades públicas, atendendo à lógica da estratégia então adotada, que demandava um contingente razoável de profissionais bem treinados para trabalhar nas novas indústrias que se estabeleciam no Brasil. O problema é que as boas escolas eram frequentadas por uma pequena minoria de nossas crianças e jovens, enquanto a maioria crescia com pouca ou nenhuma educação. Isso ajuda a explicar porque, apesar do baixo nível educacional da massa de trabalhadores, o Brasil conseguiu ser internacionalmente competitivo na fabricação de aviões, na agricultura e na exploração de petróleo em águas profundas.

Entre 1960 e 1980, a escolaridade média da população com 25 anos ou mais estagnou em pouco menos de três anos de estudo. A situação educacional começou a mudar no período de 1980 a 2000, quando este indicador chegou a 4,6 anos. Ainda assim, estávamos a 3,9 anos abaixo da média da Argentina, 3,3 anos aquém do Chile e 2,2 anos atrás do México. Em termos globais, o quadro era semelhante: o Brasil tinha, por exemplo, 0,2 ano a menos de escolaridade do que a média da população na Índia, um país bem mais pobre. Nos anos 1990, a política educacional ganhou mais ênfase, mas, apesar dos progressos recentes, continuamos atrás e avançando mais lentamente do que a maioria dos países de renda média.

Uma indicação dos problemas que isso causa para as empresas é o alto índice de analfabetismo funcional da população em idade economicamente ativa. Pesquisa recente do Instituto Paulo Montenegro – instituição sem fins lucrativos vinculada ao IEOPE – mostrou que, em 2009, apenas 25% dos brasileiros entre 15 e 64 anos eram plenamente alfabetizados do ponto de vista funcional, isto é, não tinham restrições para “compreender e interpretar elementos usuais da sociedade estranha”, como textos longos, problemas envolvendo percentuais, proporções e cálculos de área, tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos. Para os demais 75%, a incapacidade de processar essas funções ou mesmo outras ainda mais simples diminui a sua autonomia, flexibilidade e capacidade de aprendizado no trabalho.

A educação por competitivo



um país mais

A inserção do Brasil no grupo de países que vai liderar a dinâmica econômica global das próximas décadas depende agora, mais do que nunca, de uma política educacional voltada para a competitividade e baseada em uma lógica bem diferente da que prevaleceu na maior parte do século passado. **Por Armando Castelar Pinheiro**

A pouca preocupação com a educação foi um marco da nossa estratégia de desenvolvimento no século 20. Mesmo quando outros países, alguns até mais pobres, já tinham atentado para a importância da educação para promover uma boa distribuição da renda e garantir o pleno exercício da cidadania, o Brasil manteve a acumulação de capital humano como um objetivo pouco prioritário em relação aos investimentos em infraestrutura e na indústria.

Isso não significa que o País não tivesse boas escolas, inclusive algumas universidades de ponta, ou que, no auge do processo de industrialização por substituição de importações, não tivessem sido gastos volumosos recursos na instalação e expansão de universidades públicas, atendendo à lógica da estratégia então adotada, que demandava um contingente razoável de profissionais bem treinados para trabalhar nas novas indústrias que se estabeleciam no Brasil. O problema é que as boas escolas eram frequentadas por uma pequena minoria de nossas crianças e jovens, enquanto a maioria crescia com pouca ou nenhuma educação. Isso ajuda a explicar porque, apesar do baixo nível educacional da massa de trabalhadores, o Brasil conseguiu ser internacionalmente competitivo na fabricação de aviões, na agricultura e na exploração de petróleo em águas profundas.

Entre 1960 e 1980, a escolaridade média da população com 25 anos ou mais estagnou em pouco menos de três anos de estudo. A situação educacional começou a mudar no período de 1980 a 2000, quando este indicador chegou a 4,6 anos. Ainda assim, estávamos a 3,9 anos abaixo da média da Argentina, 3,3 anos aquém do Chile e 2,2 anos atrás do México. Em termos globais, o quadro era semelhante: o Brasil tinha, por exemplo, 0,2 ano a menos de escolaridade do que a média da população na Índia, um país bem mais pobre. Nos anos 1990, a política educacional ganhou mais ênfase, mas, apesar dos progressos recentes, continuamos atrás e avançando mais lentamente do que a maioria dos países de renda média.

Uma indicação dos problemas que isso causa para as empresas é o alto índice de analfabetismo funcional da população em idade economicamente ativa. Pesquisa recente do Instituto Paulo Montenegro – instituição sem fins lucrativos vinculada ao IBOPE – mostrou que, em 2009, apenas 25% dos brasileiros entre 15 e 64 anos eram plenamente alfabetizados do ponto de vista funcional, isto é, não tinham restrições para “compreender e interpretar elementos usuais da sociedade letrada”, como textos longos, problemas envolvendo percentuais, proporções e cálculos de área, tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos. Para os demais 75%, a incapacidade de processar essas funções ou mesmo outras ainda mais simples diminui a sua autonomia, flexibilidade e capacidade de aprendizado no trabalho.

Razões para novas políticas

Enquanto a concentração do progresso educacional em uma minoria leva à má distribuição de renda e gera distorções institucionais importantes, o hiato educacional em relação a outros países e a dificuldade do trabalhador brasileiro em “compreender e interpretar elementos usuais da sociedade letrada” restringem a difusão de novas tecnologias e de métodos de produção modernos, reduzindo a competitividade e impactando a estrutura industrial da nossa economia. Em especial, as limitações nas habilidades funcionais comprometem nossa capacidade de adentrar, em larga escala, setores de maior densidade tecnológica, levando à maior concentração em atividades mais intensivas em mão-de-obra pouco qualificada. Isso se reflete em uma inserção no comércio internacional mais voltada para setores intensivos em *commodities* e em crescente pressão competitiva de outros países emergentes, como China e Índia, que têm vantagem comparativa quando levado em conta o custo do trabalho.

Uma política educacional voltada para a competitividade no século 21 deveria considerar essa estrutura dual do nosso sistema educacional e seus reflexos sobre a qualificação do trabalhador brasileiro. Por outro lado, deveria adotar uma lógica bem diferente da que prevaleceu na maior parte do século 20. Em especial, priorizar uma melhor

formação educacional de toda a população e menores disparidades interpessoais, como fizeram os Estados Unidos e a Coreia do Sul, por exemplo, no passado.

Dois fatores principais sustentam essa recomendação. Primeiro, como já colocado, isso facilitará a modernização de produtos e processos em larga escala, fomentando o crescimento da produtividade da economia brasileira. Isso ajudaria a compensar a limitação que a nossa baixa taxa de poupança impõe ao aumento do investimento. Segundo, é uma opção mais justa socialmente, na medida em que distribui os subsídios dados à educação entre toda a população: como o gasto por aluno no ensino pré-universitário é bem mais baixo do que no superior, muito mais gente se beneficiaria. Isso maximizaria os ganhos em termos de distribuição de renda.

Ao se focar o gasto público na universalização da educação básica de qualidade, objetivo que pode ser alcançado no espaço de uma geração, um largo espaço surgirá na educação superior, que pode e deve ser ocupado pela iniciativa privada, notadamente quando se considera que a gradual universalização do ensino médio vai habilitar um crescente contingente de jovens a cursar a universidade. As políticas públicas nesse caso devem cuidar de prover uma regulação adequada e fomentar algumas atividades que podem ser inibidas por falhas em outras áreas.

No primeiro caso, tem-se em mente, além da fixação de normas e da realização de avaliações institucionais periódicas, o fomento a parcerias entre instituições de ensino e empresas, com vistas ao treinamento daqueles já inseridos no mercado de trabalho, entre outras coisas, para reduzir o analfabetismo funcional. Isso vai ser facilitado pela crescente formalização do mercado de trabalho e pelos maiores níveis de escolarização da população ocupada. Nesse particular, é importante estimular as instituições de ensino a desenhar seus programas de treinamento considerando mais de perto os problemas e as necessidades das empresas, em especial, o tipo de profissional que elas demandam.

“A demanda por engenheiros e outros profissionais da área de ciências exatas deve aumentar significativamente, para o que também vão contribuir os investimentos associados à exploração do pré-sal e à construção civil.”

Armando Castelar Pinheiro é professor do Instituto de Economia da UFRJ e analista da Gávea Investimentos. É Ph.D em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley, engenheiro eletrônico pelo ITA, articulista do jornal Valor Econômico e membro do Conselho Superior de Economia da FIESP.

As principais atividades que deveriam ser incentivadas e/ou realizadas diretamente pelo setor público são o crédito educativo e a formação de profissionais nas áreas de matemática, engenharia e ciências. A primeira providência visa garantir que a crescente participação privada na oferta de ensino universitário, bem como a contrapartida de focar o gasto público na educação básica universal e de qualidade, não seja um impedimento para que os bons alunos de famílias menos favorecidas avancem em sua trajetória escolar. A segunda objetiva compensar o fato de que custa mais caro o ensino de profissões cujo aprendizado requer laboratórios bem equipados, o que faz com que essas áreas sejam evitadas por instituições educacionais e alunos.

Em um mercado perfeito, isso resultaria em salários tão mais altos para esses profissionais quanto fosse necessário para que o retorno maior estimulasse um número suficiente de alunos a fazer o investimento necessário para se formar. No entanto, as imperfeições de mercado e a necessidade de acelerar o processo justificam a intervenção do Estado nesse caso.

As demandas de um novo ciclo

Tudo indica que o Brasil está entrando em um ciclo de crescimento mais acelerado que nas três últimas décadas e com maior integração com o resto do mundo, inclusive via investimentos, tanto estrangeiros no País como brasileiros no exterior. O crescimento maior já reduziu a taxa de desemprego, que, neste ano, deve atingir o patamar mais baixo da atual série do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Novas oportunidades surgirão para os profissionais qualificados, inclusive em áreas em que a demanda andou mais retraída no período de lenta expansão iniciada com a crise da dívida externa, nos anos 1980. Em especial, a demanda por engenheiros e outros profissionais da área de ciências exatas deve aumentar significativamente, para o que também vão contribuir os investimentos associados à exploração do pré-sal e à construção civil.

Nesse processo, o investidor estrangeiro direto vai ser uma fonte adicional de demanda por profissionais bem formados, com nível universitário e sem. Nesse caso, é interessante atentar para a crescente participação dos investimentos no setor de serviços, o que tende a alterar o padrão das oportunidades em empresas multinacionais no Brasil, historicamente muito voltado para a indústria manufatureira.

Por fim, a tendência a uma redução estrutural da taxa de juros vai facilitar o acesso a crédito para as pequenas empresas e àqueles que decidirem enveredar pelo seu próprio negócio. Essa deve ser a revolução tecnológica seguinte à propiciada pela difusão de práticas modernas de produção e gestão, com a inovação assumindo um papel mais central, alimentada pelos milhões de brasileiros, plenos de inteligência, disposição para o trabalho e espírito empreendedor, que hoje têm suas oportunidades muito reduzidas pela falta de uma educação básica de qualidade. ●

